

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

O presente instrumento, o Estudo Técnico Preliminar (ETP), foi desenvolvido como uma ferramenta de planejamento crucial para a futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de poda de árvores, corte de vegetação rasteira (mato, capim, grama), limpeza de sarjetas, recolhimento de terra, galhos, entulhos e outros dejetos, recolhimento de pequenos animais mortos, plantio de grama manual, de leivas e mudas, plantio de árvores, retirada de tocos, adubação e outros serviços afins, em vias públicas, calçada, praças, parques, jardins, áreas escolares, áreas públicas, com destinação final dos resíduos oriundos dos serviços.

Com a introdução da nova Lei de Licitações, o ETP tornou-se um elemento indispensável e integrante da fase interna de planejamento da contratação, desempenhando um papel fundamental na garantia da viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida.

Este documento é essencial para assegurar eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, uma vez que a realização de estudos previamente delineados frequentemente leva o agente público a descobrir novas tecnologias e abordagens oferecidas pelo mercado.

O ETP serve como um guia detalhado que possibilita uma análise criteriosa das necessidades da instituição, dos recursos disponíveis e das opções viáveis de contratação.

Além disso, o ETP contribui para a transparência e a legalidade do processo de contratação, fornecendo uma base sólida para a tomada de decisões e para a elaboração dos documentos licitatórios. Ao definir claramente os objetivos, requisitos e critérios de avaliação, o ETP ajuda a garantir que a contratação seja conduzida de forma justa e imparcial, respeitando os princípios da administração pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A necessidade de contratação de uma empresa especializada no fornecimento de serviços de poda de árvores, corte de vegetação rasteira (mato, capim, grama), limpeza de sarjetas, recolhimento de terra, galhos, entulhos e outros dejetos, recolhimento de pequenos animais mortos, plantio de grama manual, de leivas e mudas, plantio de árvores, retirada de tocos, adubação e outros serviços afins, em vias públicas, calçada, praças, parques, jardins, áreas escolares, áreas públicas, com destinação final dos resíduos oriundos dos serviços, é justificada pelos seguintes motivos:

- O município possui diversas praças, parques, canteiros centrais, calçadas, escolas, e outros espaços públicos que possuem arborização urbana, essa arborização é de grande importância para o bem-estar da população em geral, pois as árvores proporcionam sombra, amenizam a temperatura entre outros benefícios.

- Ao mesmo tempo que a arborização urbana, tem diversos benefícios, as árvores se não forem bem conduzidas e podadas, com o tempo crescem e acabam indo em direção a fiação elétrica, o que pode ocasionar curto circuito na rede e acidentes, e também os galhos vão em direção à rua, o que pode atrapalhar o trânsito de veículos e caminhões, a arborização também podem atrapalhar a iluminação pública e o trânsito dos pedestres nas calçadas, e a manutenção geral preventiva e corretiva da arborização urbana das áreas públicas evita diversos transtornos aos usuários.

- A poda de uma árvore é uma das mais importantes e imprescindíveis práticas de manejo da arborização urbana das vias públicas, ela é realizada para possibilitar a compatibilização dos vegetais com outros elementos urbanos (como fiações aéreas,



placas de sinalização, iluminação pública, semáforos, entre outros), bem como para melhorar a aparência, corrigir formações indevidas, retirada de galhos secos, danificados ou doentes, que podem causar danos aos transeuntes, veículos e as propriedades.

- A poda das árvores também é de extrema importância para dar um maior equilíbrio as copas e adequá-las ao espaço disponível.

Quadro de funcionários insuficiente: O atual quadro de servidos efetivos não é o suficiente para atender a demanda por esses serviços, e não teve mais concurso público para as funções.

Ausência de concurso público: No município não é mais realizado concurso público, para preencher as vagas, tornando a contratação de profissionais terceirizados uma alternativa viável e necessária para suprir essa lacuna de pessoal

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

A referida solicitação não foi prevista no PAC 2024, entretanto já está provisionada no Plano anual de contratações de 2025, a previsão do PAC 2024, não foi solicitada devido a um equívoco da Secretaria, na data de vencimento do contrato que está em vigência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Para este tipo de contratação é necessário incluir exigências técnicas e/ou complementares:

Registro da proponente Pessoa Jurídica no conselho de classe

Registro do responsável técnico pela proponente no conselho de classe,

Atestado de Capacidade Técnica-Profissional, para os serviços de: PODA DE ARVORES E OU ROÇADA

Comprovante de vínculo do responsável técnico com a proponente (ficando dispensado no caso de o responsável técnico ser sócio),

Atestado de Capacidade Técnica-Operacional, devendo haver a comprovação da experiência mínima de 4 (quatro) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos, para os serviços de PODA DE ÁRVORES E/OU ROÇADA.

Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados,

Indicar o local onde será realizado o descarte final devidamente licenciado pelo Órgão Ambiental (próprio ou alugado).

Na assinatura do contrato a empresa deve apresentar comprovante de que a empresa possui caminhão, triturador, Licença de Operação emitida pelo IAT, do local onde fará a destinação final dos resíduos, em seu nome ou com contrato com a empresa que tenha a licença,

Comprovação de licença para porte e uso de motosserra, conforme Portaria Ibama nº 149/92 e comprovação de que os funcionários têm treinamento em NR 12 e NR 35.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

Prestação de serviço de poda de arvores deve ser um serviço contínuo e ininterrupto, por um período de 12 meses, prorrogando a vigência do contrato conforme lei e por interesse da administração municipal.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Uma solução seria a contratação de empresa especializada com fornecimento de material, equipamentos, veículos e mão de obra.



Outra solução seria a prefeitura concursar essa função bem como adquirir toda a parte de matérias e demais bens necessários a função uma vez que no quadro funcional do município não conta com servidores efetivos em quantidade para prestar o serviço de poda das árvores e corte de vegetação rasteiras dos terrenos institucionais e particulares no município.

A eficiência nos serviços de poda é obtida com aprimoramento e treinamento da mão de obra responsável pela execução, além da utilização de equipamentos e ferramentas adequadas e apropriadas para a execução dos serviços. A ausência dos mesmos proporciona gastos e riscos com acidentes, quedas de galhos sobre veículos e pedestres, interferência em placas, telhados, fachadas, redes elétricas.

Para a operação da prestação de serviço de poda de árvores, não há outras opções.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

Estima-se o valor da contratação **R\$ 999.943,63** conforme planilha de custos anexo ao processo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

Tendo em vista as análises acima, temos clara a necessidade de garantir que os serviços de poda de árvores e os demais serviços descritos neste ETP, são suficientes para atender a demanda. Para isto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação deste tipo de serviço, é a melhor forma de suprir esta necessidade de forma eficaz e com bom aproveitamento dos recursos públicos.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

Por se tratar de contratação de empresa de prestação de serviço, incluindo mão de obra, material, deslocamento, não há divisão de cotas.

Sendo que as funções licitadas são complementares umas às outras, não se apresenta de forma viável contratualizar cada categoria de forma individual, isso traria prejuízo no exercício das funções, uma vez que de forma sucinta os trabalhos seguiram a seguinte ordem:

Motorista pega o caminhão da empresa, e com os demais colaboradores, se dirige para os locais de execução dos serviços, os roçadores/podadores fazem a poda das árvores/galhos, os auxiliares de serviços gerais recolhem os galhos e levam os mesmos para o triturador. A trituração dos galhos é para aumentar a eficiência no transporte dos resíduos, diminuindo o tempo gasto no transporte dos mesmos.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da Lei 14.133/2021)

Diante das análises deste ETP, a contratação de empresa para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, espera-se que a empresa contratada seja capacitada e cumpra todos os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

Esses requisitos podem incluir critérios como experiência comprovada na área, treinamento adequado dos funcionários, cumprimento das normas trabalhistas e previdenciárias, entre outros. Ao garantir que a empresa contratada atenda a esses requisitos, é possível assegurar a qualidade dos serviços prestados e garantir um ambiente seguro e adequado para o ensino nas escolas municipais. Essa abordagem também contribui para o bom aproveitamento dos recursos públicos ao selecionar uma



empresa especializada que esteja apta a oferecer os serviços necessários com eficiência

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Indicar se no processo devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Jose Carlos Ventura Junior
Fiscal Administrativo:	Mariza Alves de Lima Silvestre
Fiscal de Recebimento/Execução:	Clair Antonello
Fiscal Técnico:	Clair Antonello
Suplentes:	Marcio Shikasho

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Para que a arborização urbana não cause transtorno aos usuários, e para que a operação da prestação de serviço de poda de árvores sejam realizadas, não há a necessidade de contratações correlatas.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Impactos ambientais positivos:

Melhoria da qualidade do ar: A manutenção adequada da arborização urbana contribui para a remoção de poluentes atmosféricos, como dióxido de carbono e partículas em suspensão, ajudando a melhorar a qualidade do ar e a saúde respiratória da população.

Aumento da biodiversidade urbana: O planejamento e a manutenção adequada da arborização urbana podem fornecer habitats para uma variedade de espécies animais e vegetais, contribuindo para a biodiversidade local e promovendo a presença de polinizadores e outros organismos benéficos.

Redução do efeito de ilha de calor: As árvores proporcionam sombra e evapotranspiração, o que ajuda a reduzir a temperatura em áreas urbanas, diminuindo o efeito de ilha de calor e tornando o ambiente mais confortável para os habitantes.

Controle de erosão: A vegetação urbana, quando bem manejada, pode ajudar a controlar a erosão do solo em áreas públicas, como encostas e margens de córregos, protegendo contra deslizamentos de terra e melhorando a estabilidade do solo.

Impactos ambientais negativos:

Geração de resíduos verdes: A poda de árvores gera uma quantidade significativa de resíduos verdes, como galhos e folhas, que precisam ser adequadamente



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

gerenciados para evitar impactos negativos, como o acúmulo em áreas públicas ou a contaminação de corpos d'água.

Perda de habitat: A poda excessiva ou inadequada das árvores pode resultar na perda de habitat para espécies animais e vegetais que dependem da vegetação urbana para sobreviver, diminuindo a biodiversidade local e afetando o equilíbrio dos ecossistemas urbanos.

Risco de compactação do solo: O tráfego de equipamentos pesados durante a poda e manejo das árvores pode compactar o solo em áreas urbanas, prejudicando a infiltração de água e a saúde das raízes das árvores, o que pode levar à diminuição da capacidade de absorção de água e aumento do risco de inundação.

Impactos na saúde das árvores: Uma poda inadequada ou excessiva pode comprometer a saúde das árvores, tornando-as mais suscetíveis a doenças, pragas e danos climáticos, o que pode resultar na diminuição da longevidade das árvores e na perda de seus benefícios ambientais.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para prestação de serviço de poda de árvores, corte de vegetação rasteira (mato, capim, grama), limpeza de sarjetas, recolhimento de terra, galhos, entulhos e outros dejetos, recolhimento de pequenos animais mortos, plantio de grama manual, de leivas e mudas, plantio de árvores, retirada de tocos, adubação e outros serviços afins, em **vias públicas, calçada, praças, parques, jardins, áreas escolares, áreas públicas**, em lotes institucionais e particulares, com destinação final dos resíduos oriundos dos serviços

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Prestação de Serviços, incluindo mão-de-obra, materiais, equipamentos, insumos.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Pregão

Critério de julgamento: Menor preço;

Modo de disputa: Aberto e fechado;

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Em anexo.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não será sigiloso.

Dois Vizinhos, 4 de junho de 2024.

Jose Carlos Ventura Junior
Gestor

Clair Antonello
Fiscal





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4856-1A16-93FC-2166

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLAIR ANTONELO (CPF 618.XXX.XXX-53) em 30/07/2024 11:50:46 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MÁRCIO SHIKASHO (CPF 612.XXX.XXX-87) em 30/07/2024 14:42:14 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JOSÉ CARLOS VENTURA JÚNIOR (CPF 103.XXX.XXX-81) em 31/07/2024 09:10:07 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/4856-1A16-93FC-2166>